

INSPETORIA (FEDERAL) DE OBRAS CONTRA AS SECAS E A FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO NO RIO GRANDE DO NORTE: OS CASOS DE CRUZETA E BAIXA-VERDE (1910-1938)

Breno de Assis Silva Araújo (1); Angela Lúcia Ferreira (2).

(1) *Licenciando em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DGE/UFRN). Bolsista PIBIC (CNPq), vinculado ao Grupo de Pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo (HCURB/UFRN). brenoafc@ufrn.edu.br*

(2) *Professora do Departamento de Arquitetura (DARQ/UFRN). Coordenadora do Grupo de Pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo (HCURB/UFRN). angela.ferreira@pq.cnpq.br*

Resumo:

O estado norte-rio-grandense apresenta uma tessitura urbana de baixa dinamicidade econômica e produtiva, apresentando diversos municípios dependentes de repasses de recursos federais e estaduais. A constituição destas municipalidades está ligada ao processo histórico de formação e produção do território estadual, que pode ser explicada por fenômenos de incidência local, entre eles as “obras contras às secas”. Nesse sentido, pretende-se analisar a participação da intervenção técnica estatal, por meio das inspetorias de Obras Contra as Secas IOCS e, a posteriori, da IFOCS, no processo de fragmentação do território no Rio Grande do Norte, enfatizando os casos de Baixa Verde/RN e Cruzeta/RN. Para tanto, orientados pelo conceito de construção do espaço/território, realizou-se a revisão bibliográfica de autores que versam sobre a temática. Tais contribuições fundamentaram a análise dos dados empíricos coletados nos relatórios oficiais além de contribuir em sua associação com as historiografias locais. Três mapas de divisão político-administrativa do RN (1920, 1933, 1940) foram utilizados para reconstrução do processo de fracionamento territorial. Na trilha destas edificações de combate às secas, os açudes e ferrovias instalados produziram a ocupação mais acentuada de porções do estado contempladas pela ação das Inspetorias. A consequência deste crescimento é a emancipação político-administrativa de determinados povoados, entre eles Baixa-Verde, em 1928, na qualidade de município, e Cruzeta, em 1938, para a condição de Distrito, fragmentando, desse modo, o tecido territorial do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave:

Estruturação do Espaço, Intervenção Técnica, EFCRN, Açude Cruzeta.

Introdução

O Rio Grande do Norte constitui-se atualmente de 167 municípios distribuídos sobre uma área de 52.811.047 km². Parte destas municipalidades apresenta em sua organização espacial um tecido urbano frágil, principalmente devido a dinâmicas econômicas insuficientes e desarticulações com os principais polos produtivos e comerciais da região. Além disso, tais localidades exprimem sua composição do Produto Interno Bruto (PIB) atrelada, sobretudo, ao setor terciário da economia, notadamente o serviço público. Esta assimetria remonta sua formação territorial, social e econômica estadual.

A respeito desta realidade, Manuel Correia de Andrade, em 1994, afirmava que tal concretude não resulta da conjuntura atual nem de fatos contemporâneos, é resultado de um

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

processo paulatino em que a exploração de recursos naturais e a forma de produção espacial não foram voltadas aos interesses locais. Para Rita de Cássia Gomes (2014), o território norte-rio-grandense apresenta em seu decurso histórico de formação dois grandes momentos de fragmentação territorial: um ligado à expansão das práticas agropecuárias tradicionais, do início da ocupação, em 1500, a meados de 1940, e outro, a partir da década de 1950, em um novo contexto urbano-industrial atrelado aos mecanismos políticos das oligarquias locais.

Um primeiro momento é caracterizado pelas atividades de exploração dos recursos naturais do estado, que permitiam a extração do Pau-Brasil e o plantio da cana-de-açúcar. A interiorização do RN guinou ao interior, destacando-se pela difusão da pecuária extensiva em campo aberto. O algodão é outro elemento que desde a época colonial constitui a estrutura econômica do estado. É neste quadro que se dá o desenvolvimento territorial do estado, sobretudo até meados da década de 1930. Consequentemente, seu próprio processo de fragmentação no período está assente nessa conjuntura.

Entretanto, dentro de tal conjunto de fatores, algumas peculiaridades nos ajudam a assimilar o fenômeno em escala local. Nos primeiros decênios do século XX, o RN foi palco de intervenções em sua base material, ou seja, de empreendimentos técnicos – açudes, sistemas de irrigação, ferrovias, caminhos carroçáveis, hortos florestais – e estudos – cartográficos, geológicos, geográficos, botânicos – orquestrados pelo Governo Republicano, que objetivavam, sobretudo, articular o estado e promover o “combate às secas”. Mas as ações que reverberaram transformações sobre o espaço foram suficientes para promover a expansão física-territoriais e emancipação de determinadas localidades?

A fim de responder esta questão, pretende-se analisar a influência da intervenção técnica do Estado – por meio da Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS) e, a posteriori, da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) – no caso específico da estruturação de Baixa Verde/RN e Cruzeta/RN, dando elementos para compreender a inserção da construção de açudes/ferrovias no processo de fragmentação do território norte-rio-grandense. Dessa forma, almeja-se contribuir nas discussões sobre a história das localidades em foco, a construção do território potiguar e o conceito de dimensão técnica das secas, desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo (HCUrb).

O texto estrutura-se, inicialmente, pela explanação do arcabouço teórico e as fontes de informações empíricas que amparam nossa análise; seguido pelo exame dos dados acerca da realidade investigada, utilizando-se, para tal, dos aportes teóricos de autores concernentes com a temática abordada.

Metodologia

A princípio, consideramos como constructo teórico central o conceito de território semelhante ao de espaço vivido, espaço utilizado, por diferentes formas e infraestruturas, e constituído por diferentes elementos, conforme Milton Santos (1985) e Iná Elias de Castro (2003). Tal equivalência nos permite tomar a produção do território associada à produção do espaço, remetendo a Roberto Lobato Corrêa (2011, p. 43), como sendo “[...] consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”.

A respeito do papel da mudança técnica e tecnológica na constituição do espaço geográfico, fundamentamos a abordagem nos aportes de Júlia Adão Bernardes (2000) quando menciona que esta articulação, entre espaço e técnica “se dá, portanto, mediada pelas relações sociais de produção, já que estas são condição geral da produção do território e da renovação da base técnica de produção” (BERNARDES, 2000, p. 246). Esta relação está aqui representada pela intervenção das Inspetorias de combate às secas no Rio Grande do Norte.

Para tal foram importantes as contribuições de Manuel Correia de Andrade (1994), ao versar sobre a *Produção do Espaço Norte-Rio-Grandense*, e as de Gabriel Medeiros (2007), Hélio Farias (2008) e Adielson Silva (2017), ao considerarem os aspectos institucionais, de planejamento e o desenvolvimento das “obras contra as secas”. Ainda na perspectiva da análise do território norte-rio-grandense, acrescentamos a basilar discussão proposta por Rita Gomes (2014) sobre o processo de fragmentação territorial.

A base empírica do trabalho está amparada nas informações encontradas nos relatórios do Ministério de Viação e Obras Públicas, entre 1920 e 1924. Este material possibilitou reconstruir a disposição de recursos às edificações de obras hidráulicas no RN neste íterim, além de auxiliar na compreensão da trajetória de construção destes empreendimentos do ponto de vista institucional e normativo. Ademais, utilizamos por base as historiografias locais, referentes aos casos estudados, traçadas por Paulo Santos (1990), Ione Morais (2005) e Terezinha Góis (2017).

Para representação espacial do fenômeno, foram elaborados mapas que reconstroem o processo de fracionamento estadual no período delimitado, evidenciando as cidades salientadas. Deste modo, produziram-se três mapas de diferentes divisões político-

administrativas do RN durante a primeira metade do século XX (1920, 1933, 1940), utilizando a base cartográfica disponibilizada pelo IBGE.

Resultados e Discussões

Técnica no sertão: as Inspetorias e o “combate às secas” no RN no início do século XX

A IOCS surge como institucionalização das *Comissões Científicas de Obras Contrás as Secas*, instituídas ainda nos primeiros anos do Governo Republicano. Em 21 de Outubro de 1909, através do Decreto nº 7.619, é aprovado o regulamento que normatizaria a criação desse órgão, responsável por organizar e executar os serviços contra os efeitos das estiagens sistemáticas no Nordeste brasileiro.

A atuação da Instituição foi caracterizada por Hélio Farias (2008) como uma espécie de tríade: construção de açudes – de médio e grande porte, a construção de estradas de ferro e inúmeras intervenções de manejo na vegetação e práticas agrícolas. Tais frentes de ação objetivariam promover o embate aos efeitos das intempéries climáticas e instituir aquilo que representaria o início como o início da “modernização” do território nordestino. No primeiro decênio de atuação, a IOCS realizaria, principalmente, uma série de estudos do meio natural até então pouco conhecido, com a elaboração de uma importante base cartográfica e a realização de várias obras hidráulicas e florestais, além da construção das vias de circulação rodoviária.¹

No Rio Grande do Norte, durante os dez anos de vigência da IOCS, foram construídos dezoito reservatórios, sendo, destes, sete considerados de grande porte², distribuídos por toda a delimitação do sertão norte-rio-grandense (Quadro 01).

Quadro 01 – Açudes de grande porte construídos pela IOCS no RN (1909-1919)

Nome do Açude	Ano de Construção	Capacidade (m ³)	Município
Currais	1913	4.019.000	Apodi
Corredor	1914	3.706.000	Martins
Mundo Novo	1915	3.599.000	Caicó
Santana	1915	7.000.000	Rafael Fernandes
Sto. Antônio de Caraúbas	1915	8.538.000	Caraúbas
Bêbado	1916	3.000.000	Macaíba

¹ Acerca destes assuntos consultar obras do HCurb. (CF: <http://hcurb.ct.ufrn.br/producoes/>)

² Consideramos aqui como de grande porte açudes com capacidade acima de 1.000.000 m³. (83) 3322.3222

Vinte e Cinco de Março	1917	4.722.000	Pau dos Ferros
------------------------	------	-----------	----------------

Fonte: DNOCS. Disponível em:

<https://www.dnocs.gov.br/php/canais/recursos_hidricos/fic_tec_estado.php?sigla_estado=RN>.

Acesso em: 10 out. 2018. Nota: Elaborado pelos autores

São estas edificações de grande porte que reverberaram maiores mudanças sobre o espaço, dando início, em muitos casos, a processos de adensamento populacional onde eram construídas. Isso porque a introdução de novas técnicas e procedimentos técnicos no espaço incitam a necessidade de mutações na estrutura espacial na medida em que surgem novos arranjos territoriais e se pautam novas demandas (BERNARDES, 2000).

Neste ínterim avançaram, também, as obras das estradas de ferro que estavam em processo de construção no RN, notadamente a Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte (EFCRN), a Estrada de Ferro Natal a Nova Cruz (EFNNC) e a Estrada de Ferro Mossoró a Souza/PB (EFMS). Da mesma forma que as obras hidráulicas, a consolidação das ferrovias representava sinônimo de progresso devido à dinamização no transporte de passageiros e mercadorias que impunha (MEDEIROS, 2007). A EFCRN apresentou, por exemplo, crescimento exponencial em seus transportes durante este período, sobretudo na condução de passageiros (Quadro 02).

Quadro 02 – Passageiros e Mercadorias Transportados pela EFCRN (1909-1914)

ANO	PASSAGEIROS	MERCADORIAS (tons.)
1909	13.624	7.818,835
1910	17.804	11.096,794
1911	26.585	17.453,270
1913	30.934	6.647,000
1914	34.871	6.639,000

Fonte: MEDEIROS, 2007.

A consolidação dos fluxos, proporcionados e proporcionando novos espaços interconectados, dotavam o território norte-rio-grandense de uma proto-articulação entre suas regiões produtivas, além de agirem no sentido de produzir e modelar o espaço urbano estadual. Em 1914, a EFCRN já alcançava a cidade de Lajes/RN, distante, aproximadamente, 125 km da capital Natal – localidade em que estava instalada a estação inicial da ferrovia. Este trajeto promovia a conexão da região litorânea, destacada pelo porto de Natal, ao agreste potiguar, região de transição entre o sertão e a costa.

De acordo com Iná Elias de Castro (2003, p. 15) “[...] as instituições desempenham um papel fundamental para a abordagem do espaço geográfico, organizado pelas normas impostas pela lógica da produção”. Dessa forma, a atuação da IOCS no RN buscava estabelecer certa teia de relações entre as zonas produtivas, de forma a exponenciar os

movimentos de escoamento desta produção, aspirando ao desenvolvimento econômico-territorial do estado. Assim sendo, o primeiro decênio da Inspetoria foi marcado pela construção, de certa forma, indistinta de diversos açudes públicos, que não demonstraram efetividade frente aos períodos chuvosos mais rigorosos (SILVA, 2017).

A partir 1919 a atuação Governamental no combate às irregularidades climáticas no Nordeste vai ser revestida por um novo modelo de gestão e administração. Essa reestruturação materializa-se com o Decreto nº 13.687, de 09 de julho de 1919, responsável por estabelecer, também, a mudança de nomenclatura para Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas.

Com a reformulação, o órgão experimentou um crescimento em suas finanças no que diz respeito à disponibilidade de recursos. O regulamento que conduzia o novo formato da Inspetoria trouxe algumas implicações em seu foco de trabalho, enfatizando-se ações em quatro bacias hidrográficas da região semiárida, a do Acaraú, do Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi-Mossoró, estando as duas últimas com boa parte de seu curso em território norte-rio-grandense. Com base em sua nova estrutura, a IFOCS construiu onze açudes no RN, sendo destes oito considerados de grande porte (Quadro 03), o que evidencia a nova lógica de ações no combate às secas. A respeito disto, Farias (2008, p. 104) afirma que “esse modelo de intervenção espacial, fundamentado em estudos cuidadosos e voltado para um desenvolvimento em longo prazo, denota um verdadeiro esforço no sentido de planejar o território”.

Quadro 03 – Açudes de grande porte construídos pela IFOCS no RN (1919-1944)

Nome do Açude	Ano de Construção	Capacidade (m³)	Município
Arapuã	1920	4.295.000	José da Penha
Malhada Vermelha	1923	7.537.000	Severiano Melo
Cruzeta	1929	23.546.000	Cruzeta
Morcego	1932	6.708.000	Campo Grande
Totoró	1933	3.947.000	Currais Novos
Lucrécia	1934	24.755.000	Lucrécia
Inharé	1937	17.600.000	Santa Cruz
Cerro Corá	1938	1.620.000	Currais Novos

Fonte: DNOCS. Nota: Elaborado pelos autores

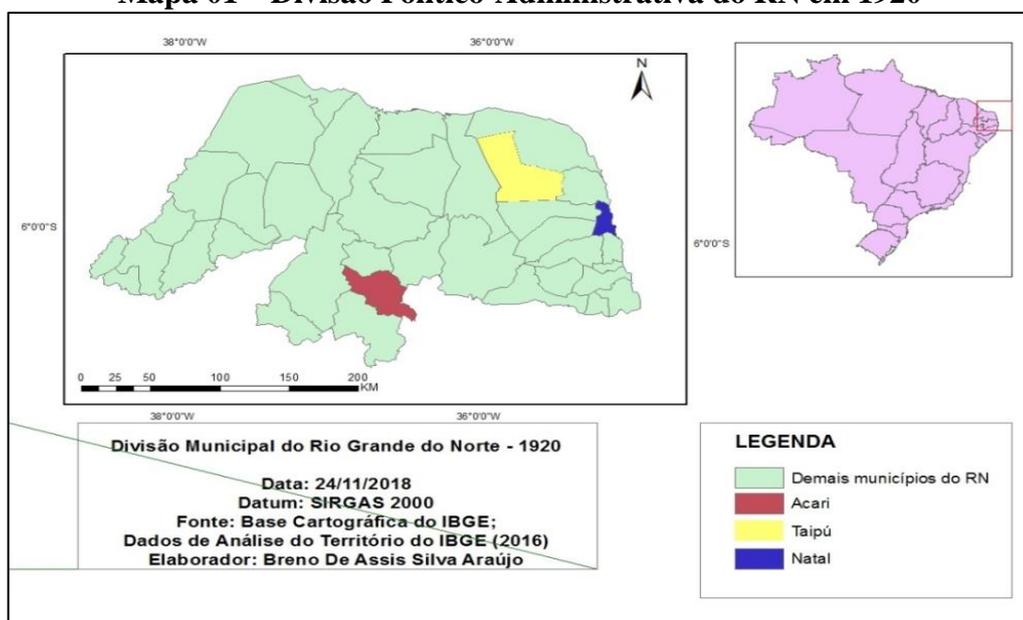
Este planejamento territorial desenvolvido pela IFOCS ultrapassava o pragmatismo da edificação de empreendimentos técnicos, ampliando – ou originando – núcleos urbanos no entorno destas edificações, de forma a produzir a ocupação mais acentuada de frações do

semiárido nordestino. É justamente este uso do território que o tornará objeto de análise, pois “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado.” (SANTOS, 1994, p. 16)

Ações que implicam consequências: o tecido territorial do RN fragmentado pelas “obras contra as secas”

Em 1920, o RN possuía 37 municípios distribuídos sobre seu território. O Mapa 01 apresenta esta divisão, assim como destaca os municípios de Acari e Taipu, de onde emanciparam-se Cruzeta e Baixa-Verde, respectivamente.

Mapa 01 – Divisão Político-Administrativa do RN em 1920



Neste quartel, entre o final do Brasil Império (1890) e as três primeiras décadas da Primeira República, a estrutura econômica e produtiva do RN estava disposta sob a égide de práticas agropecuárias tradicionais, com ênfase na exploração da cana-de-açúcar, pecuária e o plantio do algodão.

Associada a estas práticas agropecuárias tradicionais, numerosas intervenções estatais, por meio de obras hidráulicas, ferroviárias e de modernização agrícola, atribuíam ao território norte-rio-grandense o crescimento da ocupação física de vilas, distritos, e dos próprios municípios, objetivando, especialmente, promover a atenuação das implicações das secas periódicas, por meio da articulação do litoral-interior.

Em meio aos procedimentos da Inspetoria, a EFCRN instala em 1910 a Estação Ferroviária do povoado de Matas, pertencente ao município de Taipu, localizado no agreste

norte-rio-grandense. Em pleno exercício, movimentando anualmente milhares de pessoas e mercadorias (Quadro 02), os fluxos promovidos pela ferrovia intensificaram a ocupação desta localidade, impelida pela própria noção de progresso que advinha com a chegada das estradas de ferro. Conforme Santos (1990, p. 13), “com o assentamento da Estação Ferroviária provisória, num vagão de trem, no dia 12 de outubro de 1910, pelos construtores da Estrada de ferro, iniciava-se [...] um marco que iria dar origem à vila e, posteriormente, à cidade de Baixa-Verde”.

Com o desenvolver das atividades da EFCRN e a circulação de passageiros e cargas, o então povoado experimentava o crescimento de sua conformação espacial ao entorno da ferrovia, com o crescimento do número de casas e a consequente formação de ruas. De tal forma que em 1915 o lugarejo já adquiria *status* de Vila, agora com a denominação de Baixa-Verde (SANTOS, 1990).

A mudança institucional da Inspetoria ocorrida em 1919 ao disponibilizar maiores recursos para as obras hidráulicas no RN entre 1920 e 1924 (Quadro 04), possibilitou iniciar em 1920 a construção do Açude Cruzeta. Esse constitui um reservatório de grande porte, localizado no centro do Seridó potiguar, e estimado, à época, com capacidade de 15.973.500 m³ (BRASIL, 1925).

Quadro 04 – Verbas orçamentárias para a construção de açudes no RN entre 1920-1924

ANO	ORÇAMENTO
1920	200:434\$840
1921	441:064\$701
1922	1.799:515\$221
1924	1.054:160\$768

Fonte: Brasil. Ministério da Viação e Obras Públicas (Relatórios entre 1920-1924). Nota: Elaborado pelos autores.

Para Farias (2008, p. 103) “os grandes açudes em construção eram, portanto, formadores de núcleos urbanos em si. Seu impacto, porém, era ainda mais amplo”. A construção do Açude Cruzeta atendia aos interesses do Governo Central em dinamizar a economia estadual, apostando na produção, circulação intraurbana e escoamento do algodão mocó, nacional e internacionalmente. Nesse sentido, o povoado de Cruzeta, posto no *coração do Seridó*, representava os elementos geográficos necessários a esta demanda.

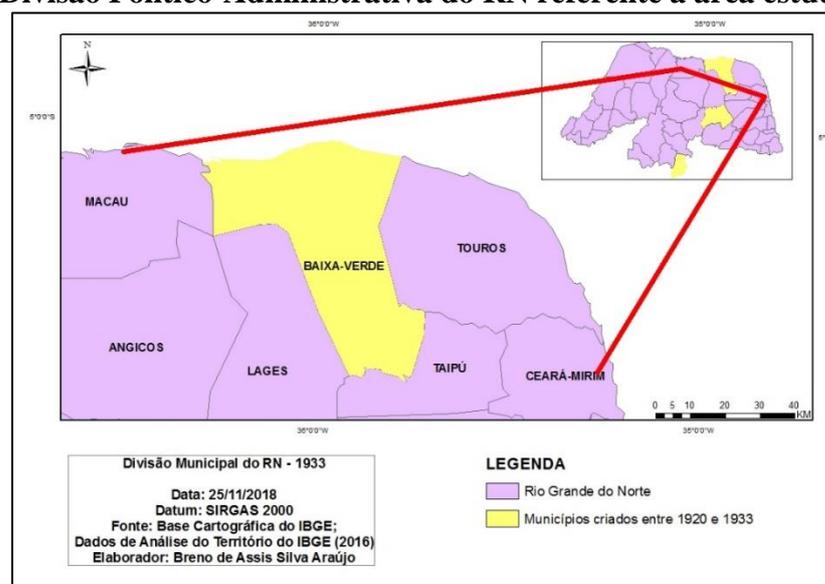
Em consequência de sua instalação, crescia o quantitativo populacional ao redor do reservatório. De acordo com Morais (2005, p. 245) “o pequeno mar que se instalara em meio à caatinga remodelou a paisagem. O amplo espelho d’água encerrava promessas de

prosperidade para onde antes só havia a silhueta de uma estrada que ligava Currais Novos a Caicó”.

A expansão do município de Cruzeta dar-se-á concomitantemente as obras de construção do açude local, tendo este a sua conclusão apenas em 1929. Nesse sentido, o município cruzetense guarda como razão primordial de sua existência a construção do Açude Público que leva seu nome (MORAIS, 2005). Entretanto, as elites político-econômicas representam papel importante na construção espacial desta localidade, na medida em que as terras doadas para a edificação da barragem pertenciam a oligarquia local, que intentavam enfiar seus domínios políticos sobre aquele território notadamente próspero graças à cotonicultura (GÓIS, 2017).

No ano de 1932 a EFCRN já chegava ao município de Angicos, distante aproximadamente 155 km da capital do estado. Este trajeto interligava, como proposto, a fração litorânea do RN ao seu interior central, de forma que ao longo do percurso já era possível observar determinada avultação demográfica em decorrência dos fluxos ali estabelecidos. Ainda em 1928, dezoito anos após a chegada da Estação Ferroviária e as repercussões impostas por ela, o então distrito de Baixa-Verde é alçado ao foro de município, desvencilhando-se de Touros, Lajes e Taipú³. Neste interperíodo (1920-1933), as localidades de São Tomé e Parelhas também adquirem emancipação político-administrativa (Mapa 02).

Mapa 02 - Divisão Político-Administrativa do RN referente a área estudada (1933)



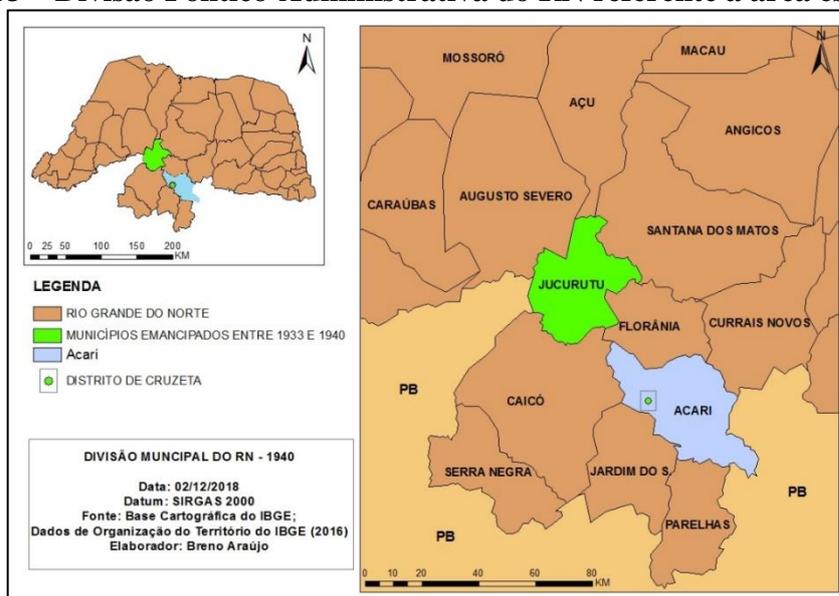
O início da década de 1930 marcará, no RN, a instalação das primeiras Estações Experimentais de Algodão, responsáveis por realizar atividades de aproveitamento dos

³ Lei estadual nº 697, de 29/10/1928 (SANTOS, 1990).

reservatórios de grande porte construídos pelas Inspetorias. “Neles passaram a ser realizados ensaios de irrigação e manejo vegetal, que envolvia tanto culturas silvícolas como agrícolas” além de experimentações com o próprio algodão (SILVA, 2017, p. 70).

Na região Seridó, este estabelecimento localizava-se juntamente ao Açude Cruzeta, no ainda povoado de mesmo nome. Em associação com a comporta, o referido Posto Agrícola desempenhou notório papel na conformação espacial daquele lugarejo. Isso porque, durante muito tempo, tornou-se referência “para pesquisadores, professores e estudantes de agronomia e áreas afins, que permaneciam certo período desenvolvendo projetos ou realizando atividades de cunho teórico-prático” (MORAIS, 2005, p. 245).

Mapa 03 – Divisão Político-Administrativa do RN referente a área estudada (1940)



Tal desdobramento de sua estrutura territorial consolidou-se na elevação de sua condição, em 1938, ao *status* de Distrito, pertencente ao município de Acari⁴. Entre 1933 e 1940, apenas o município de Jucurutu apresenta este processo de emancipação (Mapa 03).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território, analisado enquanto sinônimo de espaço usado, surge como expressão intencional e, paralelamente, não intencional das práticas sócio-espaciais exercidas pelos elementos que o constituem (BERNARDES, 2000). Nesse sentido, tanto a IOCS quanto a IFOCS representam, a partir das edificações dos chamados “objetos técnicos” – remetendo a Milton Santos –, a mudança da configuração espacial do estado, produzindo novos arranjos territoriais e fracionando territórios pré-estabelecidos.

⁴Decreto Estadual nº 603, de 31/10/1938 (GÓIS, 2017).

A Inspeção de Obras Contra as Secas, na qualidade de primórdios da institucionalização do combate ao efeito das secas, inseriu o RN no processo de modernização regional, ainda que tenha sua atuação caracterizada por medidas paliativas. Como primeira reestruturação da ação institucional do Estado sobre o Nordeste, a IFOCS evidencia os primeiros passos para o desenvolvimento de um planejamento territorial no que diz respeito ao “combate às secas”. Em sua vigência iniciam-se as estratégias de convivência com as intempéries, além de pautaram-se as ações de maior impacto estrutural no RN.

Destarte, os procedimentos técnicos empreendidos sobre Baixa-Verde e Cruzeta permitiram a expansão territorial local, na medida em que tais ações resultaram em uma ocupação mais adensada nestes espaços, além de inseri-los na nova lógica de circulação produtiva, sistematizada no estado pelas Inspetorias. A consequência deste crescimento é a emancipação político-administrativa de ambos povoados, no caso de Baixa-Verde em 1928, na qualidade de município, e Cruzeta, em 1938, com condição de Distrito.

Entretanto, algumas considerações devem ser postas. Primeiramente, o processo histórico de formação destas municipalidades não se encerra na apreensão do papel da técnica neste fenômeno, havendo outros vieses explicativos que complementam suas historiografias. Ademais, pode-se questionar: não teria tal fragmentação gerado mais desarticulação econômica do que integração territorial, como proposto?

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. 2 ed. Natal: UFRN. Pró-Reitoria de Extensão; FUNPEC, 1994 (Seca: Coleção Especializada, série c,1).

BERNARDES, Júlia Adão. Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES; Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRASIL. Decreto nº 7619, de 21 de out. de 1909. **Approva o regulamento para organização dos serviços contra os efeitos das seccas**. Rio de Janeiro, out 1909. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7619-21-outubro-1909-511035-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. Ministério da Viação e Obras Públicas. **Introdução ao relatório dos trabalhos executados no ano de 1922**. Rio de Janeiro: Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, 1924.

_____. Ministério da Viação e Obras Públicas. **Relatório dos trabalhos executados durante o ano de 1920**. Rio de Janeiro: Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, 1925.

_____. Ministério da Viação e Obras Públicas. **Relatório dos trabalhos executados durante o ano de 1921**. Rio de Janeiro: Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, 1924.

_____. Ministério da Viação e Obras Públicas. **Relatório dos trabalhos executados durante o ano de 1922**. Rio de Janeiro: Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, 1924.

_____. Ministério da Viação e Obras Públicas. **Relatório dos trabalhos executados durante o ano de 1923**. Rio de Janeiro: Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, 1924.

_____. Ministério da Viação e Obras Públicas. **Relatório dos trabalhos executados durante o ano de 1924**. Rio de Janeiro: Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, 1925.

CASTRO, Iná Elias de. **Instituições e território. Possibilidades e limites ao exercício da cidadania**. Geosul, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 7-28, jul/dez. 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). São Paulo: Contexto, 2011.

DNOCS. **Fichas técnicas dos reservatórios. Estado: RN**. Disponível em: <https://www.dnocs.gov.br/php/canais/recursos_hidricos/fic_tec_estado.php?sigla_estado=RN>. Acesso em: 10 out. 2018.

FARIAS, Hélio Takashi Maciel de. **Contra as Secas: A Engenharia e as origens de um planejamento territorial no Nordeste brasileiro (1877-1938)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Natal-RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

GÓIS, Terezinha de Jesus Medeiros. **Noções de Geografia e História do município de Cruzeta**. Brasília: Edição do autor, 2017.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. **A fragmentação do território no Brasil e a reprodução das relações de poder: Uma leitura a partir do Rio Grande do Norte**. Barcelona: XIII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2014.

MEDEIROS, Gabriel Leopoldino P. **As cidades e os trilhos: resgate histórico da implantação das ferrovias no Rio Grande do Norte e inventário de suas estações**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Natal-RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó Norte-Rio-Grandense: Uma Geografia de resistência**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2004.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Baixa-Verde: Retalhos de sua história**. Natal-RN, Edição do autor, 1990.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SILVA, Adielson Pereira da. **Concepções e resultados das “obras contra as secas”: aportes territoriais para modernização agrícola potiguar**. Monografia (Graduação em Geografia). Natal-RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.